

**RESENHA**

LINDELL, Michael K. and PERRY, Ronald W. (2004)., *Communicating Environmental Risk in Multiethnic Communities*. California: Sage Publications Inc.: 246p.

**Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio e  
Victor Marchezini<sup>1</sup>**

Cultura é o jogo que está sendo jogado na nossa sociedade, a forma como o mesmo é comunicado aos envolvidos e como as condutas são interpretadas. Esta é uma das quase duzentas definições com que Lindell e Perry se depararam quando foram em busca dos aspectos culturais que elevam os riscos de um determinado grupo frente ao outro num jogo no qual um evento extremo vem ao encontro dos envolvidos. O desastre desenharia, desde os vários sistemas de conhecimento implicados, um rol de vítimas preferenciais.

É o reconhecimento da grande diversidade cultural existente nos EUA e das decisões aparentemente incorretas que pessoas ou grupos tomam diante do não rotineiro, do risco que culmina em desastre, que leva os autores a questionar a noção de correção das medidas de proteção, atendimento, mitigação e recuperação.

Michael K. Lindell, psicólogo social, é diretor do Hazard Reduction & Recovery Center da Texas A&M University e tem trinta anos de experiência no campo de gerenciamento de emergência – conduzindo pesquisas junto a comunidades afetadas por inundações, furações, erupções vulcânicas, terremotos e riscos tecnológicos envolvendo materiais tóxicos e radioativos. Atuou na assistência técnica e/ou treinamento em diversos órgãos, como o US Nuclear Regulatory Commission, a International Atomic Energy Agency, dentre outros. Ronald W. Perry, por sua vez, é PhD em sociologia pela University of Washington e atua na Arizona State University como professor de *Public Affairs*, vem investigando durante trinta anos desastres naturais e tecnológicos, focalizando principalmente o comportamento, a educação pública e a preparação comunitária. Tem se dedicado ao estudo de gerenciamento de sistemas e centros de operação de emergência, além de auxiliar o Arizona Domestic Preparedness Terrorism Task Force, o Arizona Council for Earthquake Safety, entre outros; é ganhador de vários Prêmios na área de serviços de emergência.

Uniram-se, Lindell e Perry, na redação de *Communicating Environmental Risk in Multiethnic Communities*, menos para afirmar que a vulnerabilidade das minorias e dos pobres aos desastres é maior do que a do americano médio e mais para, a partir dessa constatação, integrar termos, conceitos e categorias de análise cuja literatura encontra-se fragmentada. É essa integração que permite aos autores construir respostas provisórias, porém necessárias – sobretudo aos gestores de emergência, aos profissionais de saúde e meio ambiente, aos administradores públicos, com evidente contribuição para os campos da sociologia, antropologia, psicologia, entre outros -, que se ajustam às diferentes condições de acesso à predição da ameaça e ao acionamento da proteção social diante da mesma. Recorrentemente, os planos de emergência e autoridades públicas não consideram a diversidade de crenças, normas e valores dos diferentes grupos étnicos na hora de adotar medidas de proteção frente às ameaças de eventos extremos e isso gera cenários desalentadores.

Partindo da definição de risco como a condição em que há possibilidade de pessoas e/ou grupos vivenciarem uma adversidade, tratam particularmente das adversidades relacionadas aos eventos extremos, isto é, aquelas em que há uma grande energia envolvida na imediata destruição. Dentre os fatores de ameaça estão fenômenos meteorológicos (como furacões e tornados), geológicos (como terremotos e erupções vulcânicas) e hidrológicos (como enchentes), embora os autores não descartem os de origem tecnológica. Ocorre que a extensa literatura dedicada aos últimos ajuda apenas em parte a entender a efetividade (ou não) das medidas de proteção que podem servir aos eventos de origem natural (como aquelas relacionadas à necessidade de evacuação rápida, proteção respiratória, contaminação de alimentos etc). Assim, os autores visam colocar em discussão a ampliação das incertezas quando há o desencadeamento das forças extremas da natureza sobre um determinado território e a população nele inserido. No momento em que escrevemos, a mídia anuncia que o furacão Ivan, entre F5 e F4, devastou mais de 80% da ilha de Granada, com perda de toda a safra de noz moscada, principal riqueza nacional, destruiu 90% das residências, ocasionou a queda de prédios públicos históricos, inclusive dos muros do presídio local, com a fuga de todos os prisioneiros. Como prever e prevenir ameaças dessa intensidade, natureza e magnitude são uma discussão que só faz sentido para os

autores se forem considerados os aspectos de como a população é envolvida na produção das medidas de sua proteção e na fabricação das decisões.

Não seria apenas informação o que promoveria a proteção, mas o tipo de informação, o canal que a promove, como é transmitida, quem recebe, como é interpretada. Impedimentos de ordem cultural, conflitos de percepções e crenças tornam o desiderato da redução da vulnerabilidade uma quimera na qual a estrutura político-institucional *wasp* (branca, anglo-saxã e protestante) continua crendo.

Se o básico nas teorias de comunicação é se saber quem diz, o que diz, como, quando diz, por que, por qual meio, para quem e gerando qual efeito, Lindell e Perry constatam que o padrão hegemônico de comunicação do risco estaria instaurado na ausência de dialogicidade: quem diz é o perito, utilizando-se de canais (como jornais, tv, rádios, manuais) pouco flexíveis na forma de significar a ameaça e a vulnerabilidade, com modos de apresentação cifrados em linguagem técnica e estatísticas. As limitadas possibilidades de elaborar a informação nas diversas linguagens, de difundi-la pelos diversos idiomas, de considerar as diferenças de interpretação, de privilegiar o uso de canais abertos à interação com o aporte de testemunhos de atingidos, vão afastando a compreensão e adesão do cidadão comum às estratégias desenhadas nos gabinetes. Para os autores, o bom profissional da área de emergência não estaria fazendo concessão ao “traduzir” sua mensagem e ajustando sua conduta frente ao sistema cultural da comunidade envolvida. Estaria apenas ciente de que o profissionalismo tem de ser considerado em outros termos para que a redução da vulnerabilidade possa ser efetiva.

Se, por um lado, para os autores, é necessário haver um *guideline* a ponto de não inviabilizar o entendimento comum, por outro, batem na tecla de que é preciso criar pontes de entendimento no multiculturalismo. Os desafios colocados apontam não apenas para a necessidade de superação dos jargões – na busca de uma linguagem que atravesse a ação multiórgão (médicos, engenheiros, voluntários civis, militares), isto é, de uma confluência normativa-, mas também na valorização do *feedback* do receptor, sobretudo se este é a comunidade afetada. A informação unidirecional não garante o êxito das medidas preventivas. Se ‘o que foi retido’, ‘como foi retido’, ‘por que foi retido’, e ‘como essa retenção será usada’, continuarem numa caixa preta, isso não

reduzirá e, possivelmente, até aumentará os níveis de incerteza sobre os resultados acerca das medidas adotadas.

Uma consistente revisão de literatura no campo das teorias de comunicação e tomada de decisão permite que Lindell e Perry lidem com as dimensões culturais e de etnicidade relacionadas à comunicação do risco, considerando a interface dos processos sociais e cognitivos. As limitações e potencialidades das principais teorias para auxiliar a estruturação e dinâmica dos sistemas de emergência –desde os aspectos preventivos aos recuperativos –são fartamente exemplificados. Acabam por eleger o PADM (Protective Action Decision Model) como a síntese possível das teorias, posto ser um modelo que considera desde as características ambientais, o contexto social, os componentes da atenção e recepção da informação, ao tempo de resposta, a avaliação da vulnerabilidade, o gerenciamento de recursos e a classificação de uma situação durante o desastre. Nas palavras dos autores, “The PADM derives conceptual strength by integrating theories of social influence and behavioral choice with research on disaster response and long-term hazard adjustment. Another important feature of the model lies in its utility for explaining the adoption of protective actions in response to two distinctly different situations – warnings of the need for disaster response and hazard awareness programs to promote the adoption of hazard adjustments. Finally, the model avoids the frequently made distinction between natural and technological hazards; it is appropriate for household response to both”

Para Lindell e Perry, a crescente profissionalização dos órgãos de emergência não pode apenas limitar-se ao treinamento voltado para a dinâmica das ameaças relacionadas às forças naturais ou tecnológicas. Mais intensamente precisa focalizar as obrigações legais de proteção ao cidadão, respondendo e reconstruindo nos termos da cultura do grupo vulnerável. As devastações físicas e sociais precisam ser tratadas de forma mais integrada. Isso significa a maior necessidade de se estabelecer formas diferenciadas de comunicar os riscos visando antecipá-los, reduzir a magnitude e duração do impacto social, bem como considerar as diferenças entre danos físicos, psicossociais, socioeconômicos e sociopolíticos que cada subgrupo, num mesmo território, esteja sujeito a sofrer. O melhoramento da comunicação é importante desde a informação das características da ameaça, da ocorrência dos danos primários e ameaças secundárias (vazamentos de gás e eletricidade) até a

implementação dos aspectos recuperativos e de reconstrução. Atividades de reabilitação que sejam colocadas em prática –como demolição de estruturas danificadas, restauração da infra-estrutura de abastecimento, eletricidade, telecomunicação e transporte, além de serviços econômicos e públicos essenciais -, sem uma sinergia mínima entre elas, podem ampliar as perdas ao invés de reduzi-las. Isso recentemente ocorreu em Santa Catarina – conforme informação do CEDEC local -, quando, após chuvas e vendavais, o serviço de eletricidade restabeleceu a energia sem avisar o serviço de resgate, levando um bombeiro à morte por estar em contato com as fontes de ameaça sem sabê-lo.

Um outro aspecto relevante apontado pelos autores é a necessidade de envolvimento comunitário na produção de seus planos de emergência, entre outras razões, pela tendência de declínio drástico da atenção pública conforme o tempo passa. Se a população local não estiver bastante envolvida na sua própria reabilitação e reconstrução, criando e desenvolvendo habilidades, a perda de suporte externo pode acarretar uma desestruturação final daquele espaço, com profundas consequências materiais e psicossociais.

Em termos político-institucionais, o livro remete, ainda, às discussões acerca das medidas preventivas governamentais junto ao mercado de terra em áreas de risco e quais os dilemas enfrentados pelo poder público na alocação de recursos na redução da vulnerabilidade. Fatores culturais interferem na forma de legitimação dos gastos. Gastar onde “nada acontece”, para evitar o impacto de ameaças, gera muitas discussões, sendo a prevenção algo pouco assimilável em muitas comunidades. Gastar onde tudo já aconteceu, o desastre - ainda que despenda-se um volume muito maior de recursos para resultados muito menores em termos da reposição das rotinas -, é uma prática mais acomodada nas práticas políticas e reivindicação comunitária.

Como enfatizam os autores, comunidade é usado num sentido sociológico (e não político), significando um grupo de indivíduos que interagem uns com outros mais do que fazem com outros indivíduos ou grupos (considerados ‘*outsiders*’). Quando partilham um mesmo território em vias de ser afetado por uma ameaça importante, os frágeis processos de acomodação e ausência de processos de assimilação repercutem imediatamente na comunicação do risco. Os *outsiders* são os desconsiderados no manejo não pluralista da informação. Assim, as ferramentas de comunicação, per si, traduzem escolhas sociais, de quem

as municia, sobre quem sobreviverá e que níveis de danos os afligirá. Logo, os planos de emergência precisam lidar responsabilmente com os preconceitos incrustados nas estruturas institucionais do poder constituído e, daí, lidar com os dados de realidade das estruturas de vizinhança entre diferentes e desiguais, ajudando a fomentar pontos de acesso entre elas, isto é, incitando o partilhamento de estratégias preventivas. Mas isso não é trivial.

Para além das especificidades culturais dos subgrupos, Lindell e Perry identificam em dois grandes padrões, o individualista e o coletivista, que se constituem em formas diferentes de ver a si próprio e ao outro, repercutindo nas formas diversas de agir em situação de desastre. Culturas individualistas valorizariam o indivíduo e a família próxima, nuclear. Já as culturas mais coletivistas se sentem responsáveis por um largo número de familiares e amigos. Isso, segundo os autores, ajuda a entender porque se reporta um elevado nível de mortes entre os últimos, que voltam à zona de alto risco para acudir os demais. Os usos indiscriminados do poder coercitivo, de arbitrariedades, para evitar tais atos solidários jogam contra o fortalecimento da confiança comunitária/pessoal no poder público. E isso também ajuda a entender a forma como se aceita ou se renega a ajuda durante a recuperação e atividades de mitigação. A conduta do outro frente à ameaça é informação e, assim, é passível de exercer uma influência informal e/ou normativa sobre os demais. Mas a influência pode se dar com sinais invertidos: 'porque ele (que age autoritariamente) faz/quer isso', 'eu faço/quero aquilo'. O cuidado, aqui, é reconhecer no ato de afirmação do sujeito a deliberada intenção em transgredir. Sanções que são distribuídas porque as pessoas fizeram algo considerado errado deveriam ser impostas apenas depois de se saber se pessoas compreendem que ações estão erradas segundo um padrão normativo reconhecido por elas.

Cada cultura vai dizer o que é adequado nos seus termos e uma forma de dizê-lo é resistir e condicionar a vontade do interlocutor governamental. Como ilustração, apontam a questão da separação dos membros da família durante uma catástrofe o que pode, em alguns casos, ser uma barreira severa para o êxito da evacuação. Situações como essa demonstram que os planos detalhados devem incluir formas de como reunir os membros da família – com um peso forte nos meios de comunicação – para que a retirada do lugar logre êxito. Já o individualismo predispõe à sobre-focalização no trabalho, o que pode

predispor o sujeito a desaparecer-se da ameaça. São vítimas desse ‘desligamento’ com as coisas e pessoas do seu entorno imediato.

Em comum aos vários subgrupos, a mentalidade do “isso não vai acontecer comigo”. Todos acham que já estão protegidos, o que torna ineficaz a mobilização preventiva. E todos estão passíveis a dar outro significado à ameaça. O melhor exemplo levantado foi o das pessoas que morrem afogadas no litoral porque, ao observar um recuo significativo do mar, adentram rapidamente a área desencoberta entendendo aquilo como uma oportunidade ímpar de pegar peixes, quando o melhor para sua integridade física seria compreender o fenômeno como indicativo de *tsunami*. É assim, apreciável que cada um dos sistemas de conhecimento valorize uma interpretação rica da dinâmica ambiental para permitir que o ajuntamento dos vários sinais possa resultar numa informação crucial para o entendimento da ameaça. Se apenas a conduta do outro frente à ameaça é a informação a exercer uma influência informal no indivíduo ou no grupo, o jogo validado num momento pode ser o menos recomendado no momento seguinte.

Em particular ao indivíduo, suas reações, os processos pessoais de decisão diante do não inesperado que coloca em xeque a vida e as condições materiais de existência. O impacto emocional, para Lindell e Perry, é uma das dimensões prioritárias no melhoramento da comunicação do risco, uma vez que se tem à frente caso de dissonância cognitiva, negação, pânico, enfim, reações que exigem formas diferentes de alento, encorajamento e esperança. Os autores lembram que décadas de pesquisa revelaram que a percepção do risco pessoal – de vida, integridade, de perda dos bens privados – é uma variável crítica na resposta ao desastre. Os mesmos se referem a isso como a “personalização do risco”. Muitos são os que relutam em cooperar com os planos de emergência, devotando seu tempo a outras atividades. A correlação entre a percepção do risco e a resposta comportamental é alta na forma como o indivíduo classifica um fenômeno como ‘perigoso’. Mas, o que, hodiernamente, toma a forma ‘perigo’ para nós? Vivemos numa época em que muitas pessoas mantêm um irrealístico senso de otimismo acerca de sua invulnerabilidade. Indivíduos muito centrados em suas rotinas tendem a ter uma noção de segurança que os leva a uma inadequada administração do tempo e estimativa do impacto. Ficam a ‘fazer coisas’, subestimando a necessidade de tomada de decisão para fora da rotina. Ninguém gosta de sair da rotina. Mas, o monitoramento

da ameaça que se silencia junto ao público potencialmente afetado, que não comunica o risco, que não levando em conta essas disposições culturais, aumenta o tamanho da tragédia.

Se algo mais se pode dizer sobre a relevância da obra, é que a mesma trata de algo que não está distante de nós. Cada vez mais estamos, no Brasil, sujeitos aos desastres desencadeados por fatores tecnológicos ou naturais e a questão sobre qual método de proteção adotar esbarra não apenas nos mesmos conflitos sobre o que proteger primeiro (segurança pessoal, propriedade ou minimização da interrupção das atividades normais), mas a quem e como proteger. A importância da discussão de Lindell e Perry está, enfim, em reconhecer a existência de diferenças culturais, dentro das quais estará o destino dos envolvidos.

---

#### **NOTAS**

<sup>1</sup> Respectivamente, Docente do DCSO/UFSCar e Discente de Ciências Sociais/UFSCar.